



Aos oito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, realizou-se, pelas dezasseis horas e trinta e sete minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal, de acordo com o Edital n.º 318/2024, sob o registo n.º 1.

A reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins e na mesma estiveram presentes os Srs. Vereadores, Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU), Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Ana Rita da Costa Pinheiro Carvalho (CDU), Fernando Miguel Catarino José (PS), Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), Vítor Manuel Ferreira Ramalho (PS), Joel Alexandre Neves Marques (PS), Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD) e Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD)

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 2.

Ordem de Trabalhos

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
- 1. Informações à Câmara (eventual apresentação)**
 - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia**
- B) Período da Ordem do Dia**
- 1. Deliberação n.º 01/2025 – Proposta n.º 01/2025 – GAP – “Aquisição e fornecimento de equipamentos para a recolha seletiva de biorresíduos” - Delegação de Competências no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar – SMS**
 - 2. Deliberação n.º 02/2025 – Proposta n.º 02/2025 – GAP – Declaração da Câmara Municipal de Setúbal sobre transferência de áreas não portuárias para a gestão municipal**
 - 3. Deliberação n.º 03/2025 – Proposta n.º 03/2025 – GAP – “Empreitada do Sistema de Telegestão dos Serviços Municipalizados de Setúbal” – Delegação de Competências no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar – SMS**
 - 4. Deliberação n.º 04/2025 – Proposta n.º 01/2025 – DMAGPE – Aprovar o Código de Conduta do Município de Setúbal**
 - 5. Deliberação n.º 05/2025 – Proposta n.º 01/2025 – DOM – CPCC 11/2024/DOM – Empreitada de “Conceção-Construção do Mercado de Brejos de Azeitão” – Aprovação do Projeto de Execução**
 - 6. Deliberação n.º 06/2025 – Proposta n.º 01/2025 – DCDJ/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público N.º 33/2024/DAF/DICOMP/SECOMP para a Prestação de Serviços de limpeza em edifícios desportivos, pelo período de 26 meses – Adjudicação**

7. **Deliberação n.º 07/2025 – Proposta n.º 01/2025 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura para construção de Centro Geriátrico – Residência Assistida – Ratificação do ato – Processo n.º 262/21**
8. **Deliberação n.º 08/2025 – Proposta n.º 02/2025 – DURB/DIGU – Aprovação de Projeto de Demolição – Processo n.º 280/24**
9. **Deliberação n.º 09/2025 – Proposta n.º 03/2025 – DURB/DIGU – Concessão da licença de demolição – Processo n.º 473/22**
10. **Deliberação n.º 10/2025 – Proposta n.º 04/2025 – DURB/DIGU – Ratificação de ato de Licenciamento de operação de Loteamento Urbano sito em Padeiras – Processo n.º 828/95**
11. **Deliberação n.º 11/2025 – Proposta n.º 05/2025 – DURB/DIGU – Informação Prévia Favorável, relativa a Loteamento Urbano sito em Poço Mouro – Ratificação de ato – Processo n.º 11/22**
12. **Deliberação n.º 12/2025 – Proposta n.º 06/2025 – DURB/DIGU – Pedido de Informação Prévia para loteamento de equipamentos de utilidade pública – Ratificação do ato – Processo n.º 7/24**
13. **Deliberação n.º 13/2025 – Proposta n.º 07/2025 – DURB/DIGU – Emissão de parecer favorável condicionado ao Pedido de Informação Prévia para operação de loteamento - Ratificação de ato – Processo n.º 39/24**
14. **Deliberação n.º 14/2025 – Proposta n.º 08/2025 – DURB/DIGU – Informação prévia favorável condicionada relativa a Equipamento (Lar de Idosos) – Ratificação de ato – Processo n.º 37/21**
15. **Deliberação n.º 15/2025 – Proposta n.º 09/2025 – DURB/DIGU – Informação Prévia Desfavorável relativa a construção de complexo desportivo – Processo n.º 8/23**
16. **Deliberação n.º 16/2025 – Proposta n.º 10/2025 – DURB/GAGEF – Alteração Oficiosa ao Alvará de Loteamento 08/2001 – Processo de Loteamento 4.9.829/95, criação de lote para equipamento – Processo n.º 829/95 - RETIRADA**

C) Período destinado à intervenção do Público

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Gabinete de Apoio à Presidência (GAP), conforme documento anexo registado sob o n.º 3;
- b) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal (CBSS), conforme documento anexo registado sob o n.º 4;
- c) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Recurso Humanos (DRH), conforme documento anexo registado sob o n.º 5;
- d) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Departamento de Educação e Bibliotecas (DEB), conforme documento anexo registado sob o n.º 6;
- e) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Obras Municipais (DOM), conforme documento anexo registado sob o n.º 7;

- f) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Departamento de Cultura, Desporto e Juventude (DCDJ), conforme documento anexo registado sob o n.º 8;
- g) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Urbanismo, Habitação, Mobilidade e Fiscalização (DURB), conforme documento anexo registado sob o n.º 9.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que ia começar por fazer uma questão relativamente à estratégia Nacional para os sem-abrigo 2025/2030, que foi recentemente aprovada. Questionou se já tinham encetado alguma estratégia nesse sentido, principalmente no que dizia respeito às questões do alojamento, que foram algumas medidas incluídas, tendo sido previstas algumas modalidades para aumentar os alojamentos. Quis perceber se a Câmara Municipal já tinha encetado algum trabalho relativamente a isso.

Pediu um ponto de situação relativamente ao IMT jovem. Havia um conjunto de municípios que suportaram um valor entre janeiro e novembro de 2024.

Relativamente às medidas que aprovaram, no ano anterior, quando aprovaram a proposta da formação específica para assistentes operacionais e assistentes técnicas e da sala de Snoezelen, a senhora Vice-Presidente disse que ia colocar as questões ao Conselho Municipal de Educação, e uma vez que houve um Conselho Municipal, pensava que no final de outubro, quis perceber o que tinha resultado daí, e o que já tinha sido delineado para a implementação dessas medidas.

Deu nota que receberam uma queixa de um munícipe, que não ia identificar, remeteria por escrito a identificação, mas que tinha que ver com uma falta de resposta da Câmara Municipal a uma denúncia do funcionamento de um bar, iam fazer chegar por escrito.

Receberam também algumas informações relativamente à Rua do Progresso, na Aldeia de Irmãos, mas, viu um e-mail dos Serviços Municipalizados a dar nota que a situação estava ultrapassada.

Por fim, tinha três sugestões, duas delas tinha que ver com candidaturas ao PRR. Estavam abertas candidaturas para a promoção da transformação digital na Administração Pública. Achava que era interessante a Câmara Municipal poder candidatar-se, uma vez que a transformação digital era urgente e a definição de processo e implementação de processos tornava tudo mais transparente, aquilo que era a atividade, parecia-lhe interessante essa candidatura. Tinha um prazo de candidaturas até 31 de janeiro.

Decorria o programa de intervenções em edifícios públicos, no âmbito das acessibilidades 360.º e, já tinham trazido essa questão, e voltou a reforçar, achava que era importante haver aquela candidatura, não só da Câmara Municipal, mas também das próprias freguesias, e a data de submissão da candidatura era o dia 28 de fevereiro.

Disse que se encontrava a decorrer, por parte do INR, a recolha de contributos para a definição da Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência, até 31 de janeiro, e tendo em conta as novas competências que a Câmara Municipal recebeu, nomeadamente na área da Educação, parecia-lhe relevante a Câmara Municipal poder, também, participar naquela reflexão conjunta.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que a entrada de um novo ano remetia sempre para uma ideia de mudança, de recomeço, e era isso mesmo que desejavam para o concelho, que 2025 fosse efetivamente um ano de mudança e que lhes trouxesse a todos as alterações que mais ambicionavam.

Disse que no dia 12 dezembro, receberam um e-mail enviado por um munícipe, que tinha sido enviado, também, para o Gabinete de Apoio à Presidência e pensava que para todos os vereadores, também, de um munícipe que tendo prestado um serviço ao Município, para o qual teria sido acordado um valor de 1.200 euros, isentos de IVA, tinha sido confrontado com um pedido, por parte do Município, de acordo com aquilo que lhes tinha sido transmitido, que o valor acordado fosse reduzido a metade, isso se quisesse receber no imediato, sendo que, desses 50% de corte, teria sido ainda proposto que metade do valor a receber, fosse pago através de faturas, com recibo, e os outros 50%, pagos numa outra forma.

Efetivamente tinham alguma dificuldade em perceber qual seria. Face àquilo que era a gravidade daquelas afirmações, que tinha a ver, também, com aquilo que eram as normas, quer de contratação pública, quer de contabilidade, quer até mesmo de boa gestão do Município, remeteram um pedido de esclarecimentos para o seu Gabinete de Apoio do senhor Presidente, no dia 16 de dezembro. Já estavam a 8 de janeiro e até àquele momento não receberam resposta.

Compreendiam que o mês de dezembro era sempre um mês difícil, em termos de ausências, mas face aquilo que constava, as acusações que eram feitas, e as suspeitas que eram levantadas naquele e-mail, que lhes tinha sido remetido, entendiam que aquilo era um tema que não se compadecia com o período de festas que viviam, e para o qual era necessário um esclarecimento imediato, e uma resposta imediata.

Questionou o que estava em causa, e se foi ou não proposto, àquele prestador de serviços, um perdão de 50%, face ao valor acordado, e um pagamento feito de uma forma que não se percebia muito bem qual seria, porque somente metade seria contra a entrega de um recibo.

Quis perceber se o senhor Presidente sabia do que se tratava e que esclarecimentos é que lhes poderia prestar.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Disse que a sua questão se prendia com a intervenção de requalificação na Rua da Camarinha. Do que sabiam, a obra iniciou em agosto de 2024, com um prazo previsto de execução de 180 dias. Situando-se aquela rua num eixo estruturador do bairro onde estava inserida, com tráfego intenso de veículos ligeiros, transportes públicos, de mercadorias, de acesso a escolas. Ainda que a sua execução se encontrasse no prazo previsto de execução, segundo os moradores, a obra decorria num ritmo lento, motivo pelo qual solicitavam um ponto de situação sobre o desenvolvimento daquela obra.

No corrente sábado, ao circular na Avenida Luísa Todí, perto do parque de estacionamento que se encontrava de frente para a Padaria Portuguesa, foi possível ver ratazanas a circular na via pública, motivo pelo qual solicitou um olhar atento sobre esta situação.

Sra. Vice-Presidente – Disse que relativamente às questões das propostas, que foram aprovadas na Câmara Municipal, perto do fim do ano, e que propôs ali que fosse o Conselho Municipal de Educação, quis dar conta do que aconteceu.

Tiveram um Conselho Municipal de Educação, levou a proposta para conhecimento dos conselheiros, naquele dia não foi possível fazer, logo, o debate sobre a mesma até porque tinha sido pedido parecer da Comissão Permanente do Conselho Municipal de Educação que era constituída pela Câmara Municipal e por todos os diretores do agrupamento.

Houve conselheiros que colocaram algumas questões relativamente ao funcionamento, à localização, portanto, isso era uma coisa que a Comissão Permanente ficou de abordar. Em dezembro, não tiveram essa possibilidade, mas no dia seguinte iam estar na escola de



Azeitão a fazer a 1.ª reunião do ano com a Comissão Permanente e era um dos assuntos que iam abordar.

Relativamente às questões da formação, ultimavam o Plano de Formação para a Câmara Municipal toda. O que poderia dizer era que para aquela área específica, tinham a nível do nosso Programa da Operação Integrada no PRR ações de formação previstas na área da educação inclusiva, e da literacia digital para assistentes operacionais, portanto, no âmbito desse programa isso ia acontecer.

Além disso, também, foram parceiros da APPDA numa candidatura, e uma das questões que também constava dessa candidatura era a formação para assistentes operacionais.

Na semana anterior, também, reuniram com uma psicóloga e com uma professora, que também lhes apresentaram um plano mais ao nível da Educação Emocional, e, também, da gestão de conflitos, e iam fazer um projeto-piloto para o Agrupamento de Escolas de Azeitão. Estavam naquele momento a tomar essas medidas. Quando o plano estivesse pronto, seria divulgado por todos, e nesse momento faria chegar ao gabinete dos vereadores, na prática, era divulgado por todas as pessoas, também, para poderem ter conhecimento mais em concreto das ações mais específicas que iam ser desenvolvidas.

Em relação às outras questões, tomou nota da intervenção da senhora Vereadora Patrícia Paz.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que a propósito da questão dirigida pela senhora Vereadora Sónia Martins, no que dizia respeito à estratégia nacional de pessoas sem-abrigo, aquela era uma matéria que tem ocupado alguma preocupação, quer no quadro das políticas do Governo, mas também uma preocupação que o senhor Presidente da República tem manifestado a sua apreensão, sobretudo uma estratégia nacional que estava montada, e que se verificou como pouco eficaz àquilo que foram os resultados pretendidos.

No que dizia respeito à Câmara Municipal, mantiveram, sobretudo no quadro NPISA um trabalho de aprofundamento e, portanto, estavam naquele momento a discutir, nomeadamente com um dos principais parceiros que era a Cáritas Diocesana de Setúbal, e que tinha a responsabilidade direta da coordenação do NPISA naquela matéria.

A questão da habitação era uma questão que se colocava de uma forma premente, com uma questão fundamental na resposta à população sem-abrigo, com uma matéria que naquele momento não lhes poderia ser alheia que era fenómenos que acresciam mais complexidade ao próprio processo.

Era bem verdade que a legislação que, anteriormente, foi aprovada alargou aquilo que era o conceito da população sem-abrigo.

Naquele momento, a complexidade de algumas circunstâncias, a situação da população migrante, os fluxos, também, de mobilidade no quadro da própria Área Metropolitana de Lisboa, a complexidade e o acentuar de situações, e o agravamento da situação na área da saúde mental, eram tudo situações que têm complexificado o problema e, portanto, era nessa matéria que vieram, também, a trabalhar, a aprofundar e pensava que poderiam trazer ali informação mais detalhada sobre isso, nomeadamente, no quadro daquilo que o trabalho do NPISA tinha desenvolvido.

Sr. Presidente – Disse que relativamente às candidaturas do PRR, que a senhora Vereadora colocou, no que dizia respeito a alguns programas, designadamente aquele programa de acessibilidade 360.º, tinham uma candidatura aprovada de um milhão e duzentos mil euros, e que a obra se desenvolvia na cidade.



Pedi para se voltar a verificar a possibilidade de apresentarem mais candidaturas, naqueles domínios da acessibilidade em espaço urbano, e designadamente no que tinha a ver com os acessos aos equipamentos públicos. Achava terem praticamente todas essas situações já resolvidas. Aquele milhão e duzentos mil euros de uma candidatura aprovada no âmbito mais da mobilidade urbana.

Agradeceu a informação e disse que os serviços também tinham acesso a essa informação e de poder ver da possibilidade de a Câmara Municipal apresentar outras candidaturas.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que a Rua da Camarinha teve uma paragem por falta de stock, essa paragem foi informada na Assembleia de Freguesia ou na Junta de Freguesia, porque era a Junta de Freguesia que era a dona da obra, tinha sido informado o grupo de trabalho da Camarinha eleito num plenário de moradores da Camarinha de que se ia atrasar, e houve a compreensão dos moradores do grupo de trabalho, era evidente que o grupo de trabalho não era todas as pessoas.

A obra retomou no dia anterior, e naquele dia começou a chover: *“atrapalhou-se outra vez”*, mas retomou no dia anterior. Já havia material, já havia condições de prosseguir o trabalho normal, e nos próximos 2 meses fechar a obra.

Em relação à outra questão *“esquisita”*, de um processo relacionado com um prestador de serviços à Câmara, achava que aquilo tinha sido uma confusão daquelas que não deveriam existir.

Era uma coisa sem sentido, de insuficiência de tratamento do processo, de falta de resposta de qualidade do trabalho, de discussão sobre esse assunto, de desentendimentos, conversas e conversas, mas isso fechou, finalmente, tinha-se chegado a um acordo sobre um valor, que não era o valor inicial, visto que o senhor não iria fazer todo o trabalho, porque não tinha qualidade, e acabou por saber que não podia ser assim, já tinha emitido uma fatura, ia-se fazer o pagamento respetivo, ele já tinha entregue o trabalho, e os serviços fizeram o culminar do filme, que era um filme sobre o programa Nosso Bairro, Nossa Cidade, em que aproveitou alguns aspetos do trabalho que ele produziu, entretanto, não produziu, de facto, o filme.

Era uma conversa um pouco estranha, às vezes acontecia com alguns fornecedores, ele nem era o fornecedor inicial, tinha-se mudado de fornecedor, portanto, houve uma série de complicações.

Achava que isso não era história, o que interessava era que estava resolvido, o senhor tinha dito disparates, as pessoas às vezes quando estavam zangadas diziam disparates, e era isso que tinha para dizer.

Sr. Presidente – Disse que relativamente àquela questão que o senhor Vereador Carlos Rabaçal referiu, naturalmente, que haveria uma resposta ao requerimento que o Partido Socialista apresentou. Como devia compreender o senhor Vereador até utilizou a expressão: *“que não se percebia muito bem algumas passagens daquilo que foi dito”*, o senhor Vereador Carlos Rabaçal, também, identificou algum desentendimento, naturalmente, que os serviços fariam a averiguação, e haveria de haver uma resposta ao requerimento que o Partido Socialista apresentou sobre aquela matéria.

Relativamente à questão que a senhora Vereadora Patrícia Paz colocou, infelizmente havia sítios na cidade, havia zonas na cidade, espaços urbanos, onde essas situações aconteciam, ficava registado. Era muito importante que aquelas situações fossem comunicadas aos serviços da Câmara Municipal. Como sabiam tinham um contrato com uma empresa que

intervinha, não intervinha em toda a cidade ou em todo o espaço urbano, mas como especialistas intervinham em determinadas zonas e, a partir daí, havia uma disseminação dos produtos que tinha os seus efeitos. Havia determinadas zonas onde eventualmente esses produtos não tinham o efeito desejado e, portanto, as situações aconteciam.

Considerava muito importante que os munícipes e, naquele caso, os senhores vereadores, quando detetassem essas situações, dessem essa indicação aos serviços, no sentido que eles pudessem comunicar com a empresa e fazer, naturalmente, a intervenção conforme o contrato que estava estabelecido. Agradeceu a informação.

A senhora Vereadora Sónia Martins, no âmbito das questões que colocou sobre as decisões que tomaram no ano anterior, disse que a informação que tinha era que na sequência do Regulamento que tinha sido aprovado sobre o acesso aos jovens com menos de 35 anos à habitação, os serviços despacharam de acordo com o Regulamento. Já tinham, pelo menos 3 ou 4 processos despachados, de acordo com o Regulamento que tinha sido aprovado.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Leu as seguintes saudações, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 10 a 12:

“Saudação

45.º aniversário da União Cultural, Recreativa e Desportiva Praiense

A União Cultural, Recreativa e Desportiva Praiense (UCRD) celebrou, no passado dia 31 de dezembro, os seus 45 anos de atividade. Desde a sua fundação em 1979, a UCRD Praiense tem sido um pilar fundamental na promoção da cultura e do desporto em Setúbal, consolidando-se como uma das principais instituições da nossa cidade, com um impacto direto e positivo na Freguesia do Sado e em toda a comunidade local.

Ao longo destas quatro décadas, a UCRD Praiense tem contribuído de forma significativa para a dinamização cultural e desportiva da região, promovendo atividades que não só enriquecem o panorama social, mas também fortalecem os laços de solidariedade e participação ativa entre os seus membros e a comunidade. A sua constante dedicação é um exemplo de compromisso e cidadania.

Os vereadores do PSD Setúbal desejam à União Cultural, Recreativa e Desportiva Praiense muitos mais anos de sucesso e realizações, que continuem a inspirar todos os setubalenses a valorizar e a participar ativamente na cultura e no desporto.

Parabéns pelos 45 anos de trabalho incansável em prol da comunidade setubalense”.

“Saudação

33.º aniversário do Programa Terapêutico “Lugar da Manhã”

O Programa Terapêutico “Lugar da Manhã” celebrou, no passado dia 1 de janeiro, o seu 33.º aniversário. Este marco representa mais um ano de dedicação incansável à recuperação e reintegração social de indivíduos que enfrentam as difíceis realidades da dependência de drogas e álcool.

Desde a sua fundação, o programa tem sido um pilar fundamental na vida daqueles que procuram superar os desafios da dependência, com um modelo inovador e eficaz. A Terapia Sintónica, desenvolvida e aplicada com excelência, tem desempenhado um papel crucial no processo de cura e autodescoberta dos utentes, promovendo uma verdadeira transformação pessoal. O trabalho realizado diz respeito a uma missão sem fins lucrativos, com principal foco no bem-estar dos cidadãos, colocando sempre as pessoas em primeiro lugar.

Os vereadores do PSD Setúbal congratulam o Programa Terapêutico “Lugar da Manhã” pelos seus 33 anos de dedicação e pelos inúmeros testemunhos de transformação e esperança. Que continue a ser uma referência de superação e apoio a todos que buscam uma vida livre da dependência”.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse querer aproveitar aquela ocasião para falar um bocadinho sobre toxicodependência, porque as estruturas de toxicodependência, naquele país, parece que tinha desaparecido.

No que dizia respeito ao tratamento, por exemplo, as estruturas de tratamento deixaram de funcionar, não só porque deixaram de existir fisicamente, como também, porque deixaram de existir técnicos, médicos, enfermeiros, psicólogos, para formular o tratamento aos toxicodependentes, e, consequência de ausência de resposta no tratamento levava a que não se desenvolvesse aquilo que era, especialmente importante, a redução de danos, o trabalho que se fazia na rua junto dos toxicodependentes.

Referiu terem um número crescente de toxicodependentes nas ruas e, a criminalidade ligada aos toxicodependentes, devido às suas dependências, poderia estar a aumentar.

Fez um apelo às autoridades do anterior Governo, do atual Governo, porque continuava tudo na mesma, para que essas estruturas fossem retomadas, e o interesse pelo tratamento, e pelos cuidados com os toxicodependentes fosse retomado após ter sido apresentado como um grande êxito mundial português.

“Saudação

17.º aniversário do Sonho XXI Futebol Clube

O Sonho XXI Futebol Clube celebrou, no passado dia 4 de janeiro, o seu 17º aniversário. Ao longo de quase duas décadas de existência, o clube tem demonstrado um papel de destaque na promoção do desporto e na formação de crianças e jovens de Setúbal, contribuindo para o desenvolvimento social e desportivo da nossa comunidade.

O Sonho XXI Futebol Clube é mais do que uma instituição dedicada ao futebol. Ao longo dos últimos anos, tem sido um pilar na formação de cidadãos responsáveis e comprometidos, utilizando o desporto como uma poderosa ferramenta para incutir nos mais jovens valores como a disciplina, a solidariedade, a perseverança e o espírito de equipa.

O trabalho do Sonho XXI não se limita ao campo desportivo: o seu impacto vai muito além disso. Os sucessos do clube, sejam eles desportivos ou pessoais, são reflexo do esforço contínuo de todos os membros e atletas.

Os vereadores do PSD Setúbal desejam ao Sonho XXI Futebol Clube muitos mais anos de conquistas. Que este aniversário seja um marco de inspiração para todos os jovens de Setúbal, incentivando-os a sonhar grande e a construir um futuro promissor.

Votos de parabéns ao clube e à sua dedicação incansável à comunidade setubalense”.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que para terminar tinham um voto de pesar relativamente ao engenheiro António Fernando Couto dos Santos. Algumas pessoas poderiam achar estranho que uma figura de carácter nacional fosse objeto de um voto de pesar na Câmara Municipal, mas Couto dos Santos foi, por exemplo, Presidente da Distrital do PSD de Setúbal, e foi cabeça de lista em duas legislativas por Setúbal.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Leu o seguinte voto de pesar, conforme documento anexo registado sob o n.º 13.

“Voto de Pesar

António Fernando Couto dos Santos

É com profundo pesar que os vereadores do Partido Social Democrata de Setúbal expressam o seu mais profundo pesar pelo falecimento do seu companheiro Fernando Couto dos Santos, deixando a sua solidariedade à família e amigos.

Para além de ter desempenhado o cargo de Presidente da Comissão Política Distrital do PSD Setúbal na década de 90 e de deputado eleito pelo círculo de Setúbal na VI Legislatura, Couto dos Santos serviu também Portugal com grande distinção. Liderou as pastas da Juventude, dos Assuntos Parlamentares e da Educação. Foi ainda presidente da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos e deixou a sua marca em várias

organizações culturais e empresariais, como a Casa da Música e a Associação Empresarial de Portugal.

Neste momento de luto, recordamos com respeito e admiração o seu legado de serviço público, a sua capacidade de liderança e o seu compromisso inabalável com os valores sociais-democratas.

Os vereadores do PSD Setúbal manifestam os seus sentimentos pelo falecimento desta figura da política portuguesa”.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que António Fernando Couto dos Santos tinha a simpatia, obviamente dos militantes do PSD, mas não se ficava por aí, e havia um excelente relacionamento com deputados, isso aconteceu na Assembleia da República, e também com militantes de outros partidos políticos, designadamente o Partido Socialista.

Sr. Vereador Vítor Ferreira – Disse que a bancada do Partido Socialista, não tinha sido referido, mas havia a expectativa de ser feito um minuto de silêncio e, portanto, associar-se-iam ao voto de pesar, mas também ao minuto de silêncio.

Sr. Vereador Vítor Ferreira – Leu as seguintes saudações, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 14 a 20:

“Saudação

Aniversário do Programa Terapêutico “Lugar da Manhã”

Fundado em 1992, o Programa Terapêutico “Lugar da Manhã”, que se encontra enquadrado na Instituição Particular de Solidariedade Social, APACCF e que tem como objetivo o tratamento de utilizadores de drogas e álcool de ambos os sexos, num processo de crescimento e descoberta pessoal, assinalou o seu 33.º aniversário no dia 1 de janeiro.

Através do seu modelo, o qual tem como pilar a Terapia Sintónica – técnica psicoterapêutica, criada e concebida no nosso país pelo Dr. Carlos Fugas, a qual desenvolve mudanças a nível interno, sendo que a sintonia resulta de uma melhoria da comunicação entre as dimensões consciente e inconsciente da mente, pelo que promove um crescimento individual, promotor da saúde mental e emocional. O Programa “Lugar da Manhã” é constituído por três unidades distintas e complementares: a Casa de Entrada, a Comunidade Terapêutica e a Casa de Saída.

Este permite realizar uma atividade multidimensional, num conjunto de espaços terapêuticos baseados nesta técnica, como os Grupos de Encontro Não Invasivos, os Grupos Especiais, os Grupos de Sexualidade, os Pequenos Grupos, a Terapia Familiar, a Terapia de Casal e os Seminários, executados por um corpo clínico altamente especializado, onde a participação representa um aspeto fundamental no tratamento do utente.

Desta forma, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o “Lugar da Manhã” e a Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras, e todos aqueles e aquelas que tornam possível a sua atividade por mais um aniversário, reconhecendo o seu importante contributo para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações, em especial daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social”.

“Saudação

Aniversário da Associação de Ténis de Setúbal

A Associação de Ténis de Setúbal, fundada em 1986, assinalou o seu aniversário no dia 17 de dezembro.

Ao longo dos últimos 38 anos, tem procurado promover a prática desportiva de ténis na nossa região, através do trabalho desenvolvido junto das entidades do movimento associativo do distrito de Setúbal, auxiliando e orientando a organização e atividade desportiva e associativa dos seus Clubes.



Atualmente, para além dos diversos clubes filiados, a Associação conta com milhares de atletas federados, dezenas de treinadores formados com diversos níveis e cerca de 6 árbitros credenciados.

Apesar de parte significativa da sua atividade ser de caráter formativo, é ainda organizadora de provas regionais, que integram o Calendário Oficial/Nacional da Federação Portuguesa da modalidade, em todos os escalões etários e nas variantes feminina e masculina.

Reconhecendo o importante contributo desta entidade para o desenvolvimento desportivo do concelho e distrito de Setúbal, bem como o seu papel pioneiro na criação dos Centros Regionais de Treino, onde se aperfeiçoam os melhores tenistas da Região, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Associação de Ténis de Setúbal, órgãos sociais e associados por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho”.

“Saudação

Aniversário do TAS – Teatro Animação de Setúbal

O TAS – Teatro Animação de Setúbal, fundado em 1975, celebrou o seu 49.º aniversário no dia 15 de dezembro.

Esta, que foi a primeira companhia de teatro profissional da cidade de Setúbal, constitui-se como uma prestigiada instituição cultural do nosso concelho e país, reconhecida e respeitada pelo seu trabalho, desenvolvido não só em território nacional, mas também um pouco por todo o mundo.

Dando prioridade a autores de língua e expressão portuguesa nas suas produções, o seu reportório, de renomada qualidade, é marcado por uma linguagem cénica atual e acessível.

Através da sua vasta atividade, que conta não só com produções, mas também com iniciativas de âmbito formativo, de promoção do contacto com o público, em especial junto dos mais jovens, e de sensibilização na área das expressões artísticas, procura fomentar o gosto pelo teatro desde cedo, como forma de valorização e preservação desta arte performativa.

Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o TAS – Teatro Animação de Setúbal, bem como todos aqueles e aquelas que o constroem diariamente por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.

Transmitem ainda o seu reconhecimento pelos contributos do TAS para o desenvolvimento cultural do território, para a valorização e difusão do património cultural setubalense e português e para a democratização do acesso à cultura, enquanto um parceiro fundamental do poder local e do movimento associativo”.

“Saudação

Aniversário do Porto de Setúbal

O centésimo primeiro aniversário do Porto de Setúbal foi celebrado no dia 18 de dezembro, data estabelecida pela APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra para a efeméride, a qual corresponde à data da fundação da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado.

Desde a sua criação, o Porto de Setúbal tem desempenhado um papel determinante para o desenvolvimento integral do nosso concelho e região, enquanto infraestrutura imprescindível para a dinamização do território, tendo-se colocado na vanguarda daquilo que é a evolução da sociedade e da realidade económica local, nacional e internacional, marcada pelas novas necessidades do mercado e das populações, projetando “imagem de modernidade”.

Como referência mundial do sector marítimo, o Porto de Setúbal é uma mola impulsora do desenvolvimento económico do nosso concelho, região e país, sendo reconhecido como motor fundamental da exportação em Portugal.

Os últimos anos da atividade do Porto e da APSS têm sido marcados por um forte investimento e grandes projetos. Em 2024, foi anunciado estar a ser preparado um

procedimento concursal para o lançamento, em 2025, da concessão do terminal Ro-Ro e, quanto ao investimento para a modernização da ferrovia, é ainda aguardado o resultado do concurso lançado em parceria com as Infraestruturas de Portugal (IP), para a melhoria das acessibilidades.

O Porto tem ainda contribuído de forma significativa para a difusão da Baía de Setúbal e para a valorização e preservação do património cultural e natural da nossa região, tendo-se tornado numa figura presente não só junto do tecido empresarial, dos investidores e do poder local, mas também da comunidade.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Porto de Setúbal e a APSS, órgãos sociais e trabalhadores por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do excelente trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal”.

“Saudação

Aniversário do Clube de Campismo de Setúbal

O Clube de Campismo de Setúbal, fundado em 1947, assinalou o seu 78.º aniversário no dia 1 de janeiro.

Criado após a fusão de diversos grupos de campismo do concelho de Setúbal (As Aves Migradoiras, Grupo de Campismo Estrela do Sado, Troianos, Sadinós e Vitorianos), o Clube tem promovido a prática e o desenvolvimento do campismo nas suas variadas vertentes, através do desenvolvimento da sua atividade de natureza ambientalista, cultural, desportiva e recreativa.

Junto da comunidade e em parceria com outras entidades do movimento associativo setubalense, bem com o poder local, o Clube tem procurado construir um forte e resistente sentido de comunidade, difundindo e valorizando o património cultural e natural do concelho.

O seu trabalho, já distinguido com a Medalha Honorífica da Cidade na classe Associativismo e Sindicalismo, atribuída em 2022, tem demonstrado ser um contributo indispensável para a dinamização e desenvolvimento sustentável do nosso território.

Neste sentido, e reconhecendo o papel determinante do movimento associativo para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações, enquanto verdadeiro exercício de cidadania, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Clube de Campismo de Setúbal, órgãos sociais e sócios por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal. Setúbal, 8 de janeiro de 2025”

“Saudação

Aniversário da Associação de Educação e Inserção de Jovens – Questão de Equilíbrio”

Fundada em 1994, a Associação de Educação e Inserção de Jovens - Questão de Equilíbrio assinalou o seu 31.º aniversário no dia 1 de janeiro.

Enquanto Instituição Particular de Solidariedade Social, de cariz social e com intervenção em Setúbal e Palmela, apoia e acompanha crianças e jovens em situação de risco.

No Centro de Apoio Social e Aconselhamento Parental, no Lar de Infância e Juventude e no Apartamento de Autonomização, mas também através atividades de apoio pedagógico-terapêutico e de risco controlado, de formação e de apoio à formação, de investigação e de promoção transnacional, procura encontrar mais e melhores respostas, em prol da coesão social.

Em constante evolução e adaptando-se àquilo que são as necessidades da comunidade, a Questão de Equilíbrio continua a cumprir a sua missão – Acolher, apoiar, educar e formar, crianças, jovens e famílias – honrando os propósitos da sua criação.

Reconhecendo o seu importante contributo para o desenvolvimento social do concelho, bem como para a promoção do bem-estar e qualidade de vida da população, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Associação de Educação e Inserção de

Jovens – Questão de Equilíbrio, os seus órgãos sociais e todos aqueles e aquelas que o constroem diariamente.

“Saudação

Aniversário da União Cultural, Recreativa e Desportiva Praisense

A União Cultural, Recreativa e Desportiva Praisense, fundada em 1979, celebrou o seu 45.º aniversário no dia 31 de dezembro.

Criada com o objetivo de promover o desenvolvimento cultural e desportivo na Freguesia do Sado, onde está inserida, tem contribuído, através da sua atividade, não só para a dinamização deste território, mas também do concelho.

Enquanto parceira do poder local, mas também de outras entidades do movimento associativo setubalense, tem organizado, participado e colaborado em inúmeros projetos culturais e desportivos, envolvendo a comunidade e incentivando-a tomar iniciativa.

No domínio do desporto, tem procurado fomentar a prática da atividade física, seja de âmbito recreativo ou competitivo, com a organização de iniciativas como a São Silvestre do Sado, que terá sua próxima edição no próximo dia 11 de janeiro, e atividades que procuram promover a adoção de estilos de vida ativos e saudáveis.

O seu contributo para a preservação e valorização do património cultural setubalense tem também sido significativo, nomeadamente através da sua participação em atividades e certames que visam preservá-lo e difundi-lo.

O trabalho desenvolvido pelas entidades do movimento associativo é, para além de um importante contributo para o desenvolvimento integral dos territórios a nível local, um verdadeiro exercício de cidadania e de voluntariado, em prol da comunidade.

Desta forma, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a União Cultural, Recreativa e Desportiva Praisense, órgãos sociais e sócios por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho”.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Leu a seguinte moção, conforme documento anexo registados sob o n.º 21.

“Moção

Pela criação de condições de circulação e segurança na Estrada da Mitrena/EN 10-4

A necessária e urgente requalificação da Estrada da Mitrena/EN 10-4, enquadrada no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), com financiamento através do fundo da União Europeia NextGenerationEU, teve início em maio de 2023, tendo sido estabelecido o prazo de 400 dias para a sua concretização.

No entanto, esta intervenção, que visa a melhoria das condições de circulação na única via que dá acesso a esta importante zona industrial, já com uma forte implantação empresarial, mas com capacidade e valências para atrair e fixar mais e tão desejadas empresas, criando riqueza e empregos para o concelho e para o País, já regista uma grande intensidade de tráfego rodoviário, sendo possível afirmar que se atingiu a saturação desta infraestrutura. A previsão natural é a do agravamento desta situação, que compromete a normal acessibilidade às empresas ali instaladas. De facto, e estando a obra ainda por concluir, a elevada pressão do tráfego – aliada ao atraso da obra – é potenciadora de graves condicionamentos, que se têm vindo a intensificar.

As filas por vezes chegam até ao Instituto Politécnico de Setúbal e Alto da Guerra, o que tem prejudicado quem ali circula, em especial os trabalhadores das fábricas, que frequentemente chegam atrasados ao seu trabalho. A situação agrava-se naturalmente nas mudanças de turno devido a um pico de afluência e, segundo os utilizadores, a presença das forças policiais para regular o trânsito não é frequente.

A regularização desta situação, que preocupa trabalhadores e empresários e que tem merecido a atenção dos autarcas do PS, que por diversas vezes procuraram perceber que medidas estavam a ser equacionadas e implementadas para colmatar as consequências

negativas decorrentes da intervenção – e que deveriam ter sido previamente salvaguardadas – tem de ser uma prioridade.

Na última intervenção realizada sobre este tema, em outubro de 2024, os Vereadores do PS alertaram para o facto de a obra estar parada, encontrando-se o estaleiro da mesma aberto, sendo possível encontrar equipamentos espalhados pela via e constatando-se a ausência de trabalhadores.

Adicionalmente, as dificuldades de circulação decorrentes de uma obra que ultrapassou largamente o prazo estimado de conclusão vieram pôr a descoberto, desde o primeiro dia, o risco de dispor de uma única via de entrada e saída no principal polo industrial do concelho, e onde se encontram instaladas dezenas de empresas que operam, muitas delas, em laboração contínua e com manuseamento permanente de matérias perigosas. A ausência de uma via alternativa não tem implicações apenas na fluidez do tráfego – antes cria um risco de segurança para os milhares de trabalhadores que operam naquele parque industrial e que, em caso de sinistro, ali ficarão bloqueados. Um risco tão relevante quanto evitável.

Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista instam a Câmara Municipal de Setúbal a agir para que a concretização da obra possa ser uma realidade, mas também a investir verdadeiramente para que a Estrada da Mitrena/EN 10-4 seja dotada do perfil adequado às necessidades do presente e do futuro, não só com a implantação de uma ciclovia e de um passeio pedonal, mas também com a criação de duas vias de trânsito em ambos os sentidos da faixa de rodagem.

É também fundamental que a Câmara Municipal de Setúbal diligencie no sentido de se criar uma via alternativa, que permitia a saída desta zona em segurança em caso de emergência.

A Estrada da Mitrena/EN 10-4 é uma via estratégica para a promoção da competitividade territorial. As suas condições de circulação e segurança são fatores imprescindíveis para garantir a atração e fixação de empresas no nosso concelho, para o desenvolvimento económico do território e para a afirmação de Setúbal na região.

A Câmara Municipal não pode restringir-se à execução do estritamente necessário.

Setúbal não pode continuar a ver o seu potencial adiado.

Urge mudar e criar as condições necessárias para que Setúbal se afirme como verdadeira capital de distrito e mola impulsadora de toda uma região”.

Sr. Presidente – Disse que sobre aquela moção iniciaram o ano de 2025, era um ano eleitoral como todos sabiam e, portanto, o Partido Socialista deu um sinal bem claro, por escrito, daquilo que eram os seus propósitos. Era normal viviam em democracia, era assim. O Partido Socialista esquecia-se de falar das coisas quando era fundamental se falar das coisas, era necessário dizer a verdade, era necessário não andar a reboque como acontecia no caso.

A senhora Vereadora colocava ali aquela questão em jeito de moção, e com aquelas palavras de ordem que todos ouviram, mas ainda não foi há muito tempo que teve oportunidade de dizer ali, na sequência de uma reunião que teve com o senhor Ministro das Infraestruturas, sobre aquilo que colocou ao senhor Ministro das Infraestruturas, relativamente àquela situação da Mitrena. Também, nessa altura porque senhora Vereadora colocou a questão, de facto, das dificuldades enormes que os trabalhadores, as empresas, que tinham a sua atividade na Península da Mitrena sofriam por força das obras. Todos sabiam que não havia obras que não tivessem consequências na vida das pessoas, obras urbanas, ainda por cima, em vias como era aquele caso da estrada nacional, estava escrito no texto, como a senhora Vereadora dizia, de facto, uma estrada nacional.

Era pena que nenhum Governo do Partido Socialista, ao longo daqueles anos todos, de dezenas de anos, em que tinha sido questionado pela Câmara Municipal sobre a situação daquela estrada, e quando a estrada era da responsabilidade do Governo do Partido Socialista, que nunca tivesse entendido que havia a necessidade de fazer uma estrada alternativa para não criar situações de não retorno quando acontecesse uma situação grave, naquelas atividades económicas que estavam ali há dezenas de anos, e que algumas, pelo menos 5, eram do grupo SEVESO, ou seja, do maior, ou do mais alto risco de segurança.

Isso é que era lamentável, e era agora, no ano de início eleitoral, que o Partido Socialista apresentava, ali, como se não tivesse nada a ver com aquilo, aquela moção. E, depois, vinha dizer que: *“bom, é preciso criar uma via alternativa”*. Tinha sido ele que falou ali, em outubro, que teve uma reunião com o senhor Ministro das Infraestruturas, e que colocou a questão da situação da estrada, onde circulavam diariamente centenas de veículos pesados, de viaturas pesadas, para além dos milhares de viaturas ligeiras.

E, não era desde que a Câmara Municipal tomou a responsabilidade de investir naquela estrada, era desde há dezenas de anos, desde há dezenas de anos, e o Partido Socialista teve responsabilidades, muitas e tinha: *“não pode agora dizer, tive, mas agora já não tenho”*, não, era um partido nacional que teve responsabilidades governativas e que podia ter, naturalmente, tomado as medidas que se justificavam.

Tinha sido ele que disse que colocou a questão ao senhor Ministro, para além do problema daquela via, da obra que decorria, e dos problemas que causava, da necessidade de se encontrar uma via alternativa para aquela zona industrial, e o senhor Ministro disse que ficaria na sua agenda, e logo que tivesse uma visita para a região de Setúbal, que haveria de marcar uma reunião, que ele propôs que fosse feita com a Câmara Municipal e com os empresários, para que fosse explicitado, efetivamente, os riscos e as necessidades, e também a disponibilidade que tem sido sempre muito grande da parte dos empresários, em particular das grandes empresas que têm acompanhado todo aquele processo da requalificação da estrada e, portanto, aguardavam que o senhor Ministro das Infraestruturas agendasse essa vinda a Setúbal.

Disse que àquele propósito estava marcada para a próxima segunda-feira uma iniciativa, uma reunião, com as principais empresas da Mitrena, para avaliarem a situação da via alternativa, e de outras vias de mobilidade, e de circulação no acesso à Mitrena, e no acesso ao Porto.

Estava marcada e a iniciativa era da Câmara Municipal, daquele executivo, estava marcada para a próxima segunda-feira.

Portanto, senhores vereadores do Partido Socialista vir ali falar de situações que, como sempre disse, e têm afirmado ao longo de muitos anos, têm sido um desprezo dos sucessivos governos, mas, em particular dos governos do Partido Socialista naquilo que tem sido o desrespeito por toda aquela gente que trabalhava na Península da Mitrena, e também por aquelas grandes empresas, tinham lá uma das maiores empresas da Europa, que era a empresa da pasta de papel, e de produção de papel, a maior empresa da Europa.

Questionou qual era a atenção, a responsabilidade que os governos do Partido Socialista tiveram sobre aquela matéria. Mas vinham, naquele momento, em campanha eleitoral, naturalmente, o Partido Socialista colocar ali uma questão, voltou a repetir que ele já tinha colocado ali, era uma iniciativa da Câmara Municipal junto do atual Governo, já tinha sido colocada aquela questão dezenas de vezes à administração das Estradas de Portugal, ainda das Estradas de Portugal, por si, enquanto Vereador do Urbanismo, e muitas vezes, com representantes daquelas empresas. Quantas reuniões é que tiveram ao longo de anos? Qual foi a resposta até aquele dia? Zero.

A resposta mais positiva, se assim podiam considerar, e considerava, foi a do atual Ministro que disse que, quando agendasse uma vinda para Setúbal que incluiria a visita a Setúbal com uma reunião com a Câmara Municipal, e com as empresas. Foi a mais positiva que conseguiu encontrar, o resto foi abandono, desprezo, pela situação que aquelas populações e aquelas empresas vivem.

Tanto era o facto que aquela obra que decorria era uma obra cujo projeto tinha sido pago pelas empresas da Mitrena, não tinha sido pago por nenhum Governo, tinha sido pago pelas empresas da Mitrena, isso era a responsabilidade dos sucessivos governos relativamente àquela situação.

Era lamentável que o Partido Socialista, os vereadores do Partido Socialista, viessem, naquele dia, colocar aquela questão, quando tinham, de facto, um peso tão grande de responsabilidade dos vossos governos, relativamente àquelas empresas e aqueles trabalhadores que ali viviam.

A obra, era uma obra em estrada, não tinha alternativa, era uma obra que tinha de ter pavimento, e naturalmente, transtornos e transtornos significativos. Aquilo que lhe tinha sido explicado, nas várias reuniões que teve com a empresa que fazia a obra, e com as outras empresas que vieram a essas reuniões, para todos saberem os problemas colocados e, também, a forma de encontrar soluções, e para minorar a situação.

Aquilo que lhes tinha sido explicado, e isso aconteceu, era que a empresa fazia um plano de trabalhos, era distribuído esse plano de trabalhos para todas as empresas da Mitrena, e as empresas da Mitrena tinham a informação de quando é que a empresa ia fazer betuminoso, e para fazer betuminoso era necessário preparar a área de intervenção, e era necessário ter no mínimo 4 horas após lançar o betuminoso, para garantir a estabilidade, e a segurança na circulação.

Naturalmente, que aquelas situações eram inevitáveis, quando não havia alternativa, e quando falavam, de facto, de centenas de camiões TIR que circulavam por dia naquela estrada, e milhares de viaturas ligeiras dos trabalhadores, e de quem se movimentava na ligação à Mitrena, e na ligação a Setúbal.

Era isso que estava em causa e, lamentava muito que um início do ano eleitoral, o Partido Socialista fizesse a sua abertura com uma moção daquele tipo, quando, naturalmente, ela pecava por falta de responsabilidade, exatamente dos vereadores do Partido Socialista e, sobretudo dos governos do Partido Socialista.

Lamentava que assim fosse, quando a senhora Vereadora ali, colocou a questão relativamente à situação da Mitrena, e alertando, naturalmente, para aquilo que todos conheciam, que era os problemas que as empresas sofriam com aquela situação, e também os próprios trabalhadores, teve oportunidade de explicar que era uma situação que procuraram minorar, por isso, fez várias reuniões com a empresa que realizava a obra, e também, com as empresas da Mitrena, para ver que forma é que podiam minorar.

Considerava que se fez muito, no sentido de minorar, mas não era possível numa estrada com aquela circulação, reduzir muito mais os impactos do que estava ali a acontecer.

A pavimentação estava terminada, terminou no mês de dezembro, e passados aqueles dias do Natal, e Ano Novo a empresa ia iniciar as pinturas na estrada. Naturalmente, que só podiam ser feitas com o tempo seco, era a informação técnica que tinha. Portanto, logo que o tempo estabilizasse, esses trabalhos das pinturas seriam realizados e, portanto, terminaria a obra.

Foi bastante penalizador para as empresas e para aqueles trabalhadores, para aqueles milhares de trabalhadores, era verdade foi, mas não conheciam obras em situações daquelas, já tinha referido, não conseguiam ter obras que tivessem impactos muito diferentes daqueles que aquela obra teve.

Era preciso que ficasse claro o esforço que aqueles empresários, e que aquelas empresas têm feito no sentido de encontrar soluções, e que ao longo de anos, de mais de uma dezena de anos, com reuniões, muitas reuniões nas Estradas de Portugal, e que o resultado foi aquele que sabiam.

A Câmara Municipal teve de assumir a responsabilidade de fazer aquela obra. O projeto tinha sido pago pelas empresas, teve oportunidade de dizer isso noutra altura, quando a senhora Vereadora ali trouxe a questão, que quando chegou e tomado posse, 15 dias depois a senhora Presidente da CCDR tinha-lhe telefonado a dar os parabéns e a dizer que tinha um milhão de euros, e que tinha 15 dias para dizer se queria um milhão de euros ou não queria. E, o milhão de euros era para quê? Para fazer a estrada. Com um milhão de euros não fazia estrada nenhuma, nem iniciava a obra, portanto, foram aqueles os termos em que começou aquele mandato, na relação com a administração e com a responsabilidade que tinham de fazer a obra, de dar andamento à obra. Quando chegou ali o que lhe disseram foi que o Governo, antes das eleições, tinha-se comprometido a financiar, a arranjar financiamento para aquela obra, não o fez.

Aconteceu o financiamento do PRR, mas foi depois dessa conversa de um milhão de euros que teve de percorremos os corredores dos ministérios, como se costumava dizer, e

conseguir mais dois milhões de euros do PRR, para garantir o início da obra, para o lançamento do concurso e para o início da obra.

Foi isso que aconteceu, e, portanto, era profundamente lamentável que o Partido Socialista trouxesse ali uma moção naqueles termos.

Lamentar que a obra não tivesse corrido como seria de esperar, sem problemas, etc., isso compreendia-se, todos lamentavam, agora fazer afirmações como aquelas e, correr atrás do prejuízo, não fazia sentido nenhum.

Lamentava que fosse assim que o Partido Socialista atuasse sobre aquelas matérias.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse ser uma intervenção de carácter processual, para dizer que no fim do ano anterior, na última reunião que tiveram, tudo o que o senhor Presidente acabou de dizer, disse nessa reunião também, e disse nessa reunião também, porque eles, PSD, perguntaram ao senhor Presidente qual era o ponto da situação relativamente à estrada da Mitrena que ligava a cidade de Setúbal à zona industrial.

E, por isso, estranhavam que depois do senhor Presidente ter dado a explicação, que voltou a dar naquele dia, o Partido Socialista tivesse apresentado, naquele dia, não é que não tivesse direito, tinha direito de apresentar em todas as reuniões que entendesse, mas não lhe parecia correto.

Disse que já tinham ouvido aquela explicação, naquele dia, pela segunda vez, mas era bom que se dissesse aquilo que, de facto, acontecia.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Disse querer esclarecer uma coisa, era Vereadora do Partido Socialista, eleita por Setúbal, não era membro do Governo e estava ali para defender os interesses de todos os que residiam em Setúbal, ou que vinham trabalhar a Setúbal.

Segundo, não fez campanha eleitoral quando a 27 de março falou naquele assunto. Não fez campanha eleitoral quando a 23 de agosto falou naquele assunto. Não fez campanha eleitoral quando a 19 de outubro falou naquele assunto. Não falou na Mitrena uma vez, tinha um histórico de falar na Mitrena, e podia acrescentar que: *“que à data de hoje, mesmo antes de estar o dia que está hoje, a obra não tinha trabalhadores”*.

Chamou à atenção para duas outras coisas que eram importantes, que eram as rotundas que estavam ali feitas. A primeira rotunda tinha uma inclinação a meio que levava os camiões a fazerem as curvas mais largas, por fora, que levava ao capotamento dos veículos pesados e à queda das cargas. Na segunda rotunda havia um muro a tapar as tubagens quase na estrada, e apesar de terem tentado minimizar essa situação, colocando uns sinais com umas luzinhas, os veículos podiam eventualmente enfaixar-se nesse muro.

Não fez campanha eleitoral com aquele assunto.

Sr. Presidente – Disse que com aquilo que a senhora Vereadora disse, e com as intervenções que fez, não disse que fez campanha eleitoral nessa altura. O que dizia era que o documento que ali apresentava era um documento de campanha eleitoral, foi isso que disse. O que disse foi isso e mantinha. Acompanhava relativamente perto esse problema.

No âmbito daquele aperto, falta de financiamento, duas empresas tinham-se comprometido a pagar a obra das duas rotundas, portanto, via as limitações, a necessidade de haver uma intervenção para segurança de quem circulava naquela via, tendo em conta o tráfego que ali existia, mas que os governos do Partido Socialista deixaram arrastar até à última, era verdade, e aquilo que foi o financiamento que se conseguiu encontrar, em primeiro lugar, as empresas mandaram e pagaram um projeto, que eles não tiveram condições financeiras para executar, foi necessário retirar daquele projeto, que as empresas fizeram, algumas intervenções, que não colocavam em causa a circulação e a segurança, mas foi necessário retirar desse projeto essas intervenções, para a Câmara Municipal poder, e após ter conseguido os 2 milhões percorrendo os corredores do poder, como se costumava dizer, para garantir 2 milhões do PRR para financiar conjuntamente com o outro milhão, que como era óbvio, tinha sido obrigado a aceitar.

Esse foi o valor que tinham para fazer a obra, e por isso, as duas maiores empresas assumiram a responsabilidade de para além de pagarem os projetos, pagarem, também, a obra das duas rotundas que davam acesso às suas empresas.

Era isso que estava em causa e, portanto, essa parte das rotundas, e do acesso às empresas, tecnicamente não era a pessoa abalizada para isso, a senhora Vereadora fez algumas referências a questões de segurança ou de circulação, que eu não ia intervir sobre isso, não tinha a capacidade, a formação para poder falar sobre isso, mas como falou na questão das duas rotundas disse que, por falta de financiamento, de capacidade financeira, várias empresas, e aquelas duas empresas, para além de terem contribuído com o financiamento para pagamento do projeto assumiram, também, a responsabilidade de pagar a construção das próprias rotundas que eram obras que eram acompanhadas pela Câmara Municipal, pelos nossos técnicos, naturalmente, mas que não sabia naquele momento, qual era o ponto da situação. Aquilo que a senhora Vereadora disse relativamente às rotundas não podia dizer nada sobre isso.

Relativamente ao resto, como não podia deixar de ser, acompanhava aquela situação como muita preocupação, ao longo daquele tempo todo. A obra tinha-se atrasado, o desenvolvimento da obra teve vários momentos complicados, numa obra daquelas era normal que tivesse algumas dificuldades.

A obra tinha-se atrasado, também, no início porque no projeto a via era mais larga do que a via que lá estava, e porque a E-Redes exigiu retirar as infraestruturas, e recolocar as infraestruturas, e, isso, atrasou o início da obra. Eram razões que acompanhou e que perante os factos não havia muito a fazer.

Fizeram aquelas reuniões, com as empresas da Mitrena, fizeram várias reuniões, tinha-se deslocado à obra, várias vezes, era verdade e, como não podia deixar de ser, na sua qualidade de Presidente da Câmara, e responsável por aquilo que estava ali a acontecer.

Achava que não havia muito mais que pudessem fazer, tendo em conta a quantidade de tráfego que se desenvolvia naquela via. Tinha muita pena, mas eram factos, e sobre os factos não havia muito mais a dizer.

Sr. Vereador Vítor Ferreira – Disse que: *“Winston Churchill dizia que a democracia é o pior do sistema, tirando os todos. Em democracia nós entrevistamos, dizemos coisas”*.

Mas daquela conversa toda, independentemente das culpas empurradas para *“aqui, ou para ali”*, retirou, com muita preocupação. E, retirou com muita preocupação e ia ficar ali, enquanto munícipe, porque apesar de estar ali como eleito, primeiro que tudo era um cidadão e era munícipe, portanto, ia ficar com aquelas palavras registadas.

Olhavam para aquela situação com muita preocupação, se olhavam com muita preocupação era porque identificavam que havia coisas para fazer, o senhor Presidente já tinha dito que havia coisas para fazer, havia muita coisa para fazer, para o futuro ser, também, assegurado em termos da própria segurança, quando se falava de uma via alternativa.

O que diria, independentemente de estarem a esgrimir em ano eleitoral, *“estes ou aqueles”* argumentos, de estarem a dizer que a culpa era *“deste ou daquele”*, e não desresponsabilizava o partido *“a”*, e a culpabilizar o partido *“b”*, falava enquanto munícipe, enquanto cidadão, registava, e pensava que as pessoas lá em casa, e aqueles ali presente tinham registado, com muita preocupação, portanto, é porque havia ali uma preocupação.

O senhor Presidente já tinha acompanhado algumas das possibilidades de resolução e o que se esperava, efetivamente, com aquela moção, e com aquilo que a senhora Vereadora Patrícia, ao longo daqueles vários meses têm feito, era que se procurasse, dentro do possível, uma vez que se tratava de uma estrada nacional, resolver aquilo, mas também resolver, e acha que isso era o mais importante, numa perspetiva de futuro.

Confessava que ficava mais entusiasmado com a ideia de, com aquela obra pintada, concluída, pensar-se numa via alternativa, e não era só uma via alternativa em caso de emergência, era numa via alternativa. Era o que pensava ser o mais importante, que a senhora Vereadora Patrícia Paz, ali tem falado ao longo daqueles meses.

Registou, e achava concordarem nisso, havia uma preocupação, havia um caminho, as coisas já estavam mais adiantadas do que estiveram, mas continuava a haver, como disse, preocupações que mereciam atenção e resolução, e se agora parecia haver mais capacidade para responder, oxalá que tudo corresse bem, e que os trabalhadores pudessem: “*um dia destes*”, olhar para aqueles que eram os seus representantes, enquanto eleitos, de uma forma mais positiva.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que preocupados estavam todos, de facto, todos, não era só o PS que estava preocupado. O PS parecia estar mais preocupado que os outros, mas não estava, estava tão preocupado como eles estavam.

Portanto, aquele discurso, um bocadinho moralista, que acabou de fazer, era um discurso que caía bem, mas não era um discurso que resolvesse problemas, e o que queriam, de facto, era ver aquele problema resolvido, e já tinham visto que aqueles que tinham competência, que era a nível do Governo Central, não resolviam nada, e os esforços feitos presentemente, levaram a que as obras tivessem recomeçado e andavam para a frente e a tentar resolver o problema, melhor do que das outras vezes, apesar do pessimismo da senhora Vereadora.

(intervenção inaudível)

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse saber, porque na reunião anterior tinha sido ele que levantou aquela questão, sabia que já tinha levantado antes, mas na reunião anterior levantou aquela questão, portanto, não era só a senhora Vereadora que era interessada em que aquele problema se resolvesse, os outros vereadores que ali estavam também estavam interessados, em ver aquele problema resolvido, e alguns dos vereadores ali presentes, há muito mais anos que a senhora Vereadora.

(intervenção inaudível)

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse ao senhor Presidente que aquele problema os preocupava a todos, tinha a certeza.
Para que ficasse registado esse facto.

O senhor Presidente propôs um minuto de silêncio

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 1. Deliberação n.º 01/2025 – Proposta n.º 01/2025 – GAP – “Aquisição e fornecimento de equipamentos para a recolha seletiva de biorresíduos” - Delegação de Competências no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar – SMS**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 22 e 23.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que a proposta era bastante evidente, tratava-se de uma aquisição de um conjunto de equipamentos divididos em 6 lotes.

Os lotes 1 e 2 estavam focados na aquisição de 800 contentores de 120 litros e de 100 contentores de 240 litros que tinha que ver com a restauração, tratava-se de ampliar o trabalho que iniciaram com a restauração, na Luísa Todi e na José Mourinho.

O lote 3, 515 contentores de 40 litros, tinha que ver com a recolha, porta a porta, de bio resíduos.

O lote 4 e 5 tinha que ver com compostores domésticos, iam iniciar um projeto com alguma profundidade de combustão doméstica, e o lote 6, 10 contentores semienterrados de 3000 litros, tinha que ver com recolha de proximidade de bio resíduos, estava ali em causa ampliar a capacidade de resposta que presentemente estava situada nos 34% da população e que queriam ir um pouco mais longe, com aquelas medidas.

Aquelas verbas eram verbas do fundo ambiental e, estavam envolvidos desde a primeira hora, a Câmara, inicialmente e agora os Serviços Municipalizados, na recolha de bio resíduos, procurando fazer um esforço de ir tão longe quanto possível.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

2. Deliberação n.º 02/2025 – Proposta n.º 02/2025 – GAP – Declaração da Câmara Municipal de Setúbal sobre transferência de áreas não portuárias para a gestão municipal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 24.

Sr. Presidente – Disse que como todos sabiam, existia uma Lei que permite a transferência para os municípios das áreas portuárias que não tinham atividade portuária. A Câmara Municipal, decidiu, nos termos da Lei, promover a criação dessa comissão, no sentido de que se pudesse operar essa transferência para o Município das áreas não portuárias.

Aquele era um processo que ia levar o seu tempo, entretanto, a APSS-Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, colocou-lhes a questão da necessidade de fazer obras urgentes, tanto na Doca dos Pescadores como na Doca das Fontainhas, mas que, para isso era necessário saber, da parte da Câmara Municipal, se aquelas áreas estariam em causa a sua passagem para a gestão municipal.

Entendiam que a gestão da água em si, da atividade em água, que devia ficar na responsabilidade da Administração Portuária e, portanto, no fundo, aquela declaração, o que pretendia era que a Câmara Municipal, expressasse a sua vontade de não assumir responsabilidades, no caso eram três docas, na Doca das Fontainhas, na Doca dos Pescadores, e na Doca do Clube Naval, assim conhecida, para a Administração Portuária poder fazer ali as intervenções, porque era necessário sempre fazer manutenção e fazer investimento, e transmitir aquela declaração a aprovar na Câmara Municipal, transmitir esse mesmo documento à comissão criada para tratar daquele assunto, da transferência das áreas não portuárias, que estavam sobre jurisdição da APSS para o município, dizendo já à partida que a essa comissão tivesse em conta aquela deliberação da Câmara Municipal.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse ter uma questão relativamente ao investimento na Doca nas Fontainhas, qual é que era a relação, ou qual é que era impacto com o investimento anunciado da marina. Questionou se havia algum detalhe sobre isso.

Sr. Presidente – Disse que tal como conheciam o estudo prévio da marina, ia até ao Jardim da Beira-Mar ou até à fronteira com a Doca das Fontainhas. A Doca das Fontainhas era uma unidade em si.

A questão que se colocava, e que também era referida no documento, era que essa questão da parte terrestre, que haveria que ter a ver com o projeto da marina, era uma questão que haveria de ser avaliada a seu tempo, por isso não incluíam naquele documento. Somente referenciavam, mas não o incluíam.

O que referiam era que a Doca das Fontainhas, a Doca dos Pescadores, onde a APSS e a Doca Pesca fizeram intervenções, porque era necessário fazer manutenção, fazer novos investimentos, no caso da Doca dos Pescadores estavam a fazer, e o que lhes tinha sido dito pelo senhor Presidente da APSS foi que era necessário e urgente fazer intervenções na Doca das Fontainhas, de um valor significativo e, por isso, achavam que aquela era a melhor forma de dizerem que não assumiam responsabilidades, no que dizia respeito à gestão da água ou ao uso da água do rio, ali da baía, a Câmara Municipal não tinha interesse em ter aí intervenção e, por isso ficava naqueles termos, sem se alargarem em mais coisas, isso depois cabia à comissão já constituída para o efeito, desenvolver depois todo esse processo. Era um processo moroso.

A informação que tinha era que o Município de Oeiras fechou no final ano o processo. Levou 2 anos e tal a desenvolver esse processo e, portanto, não sabia se o de Setúbal iria levar mais algum tempo, ou se seria um tempo idêntico.

Aquela declaração ia no sentido de que se havia intervenções, como lhes tinha sido dito serem urgentes, na Doca das Fontainhas, que a APSS as fizesse e não ficasse à espera de que houvesse uma comissão que dali por 2 anos decidisse, e depois poderia acontecer alguma situação menos agradável e até penalizadora para quem tinha ali as embarcações.

Relativamente à marina, quando fosse desencadeado esse processo, que estava em curso, que a APSS havia de continuar a desenvolver, quando de facto, ficasse definido qual era a área de intervenção em termos terrestres, porque na água a posição deles era idêntica, naturalmente, que isso seria, como era normal, sujeito a um plano de pormenor e, seria nos termos da legislação urbanística a intervenção a fazer ali, naquela área.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

3. Deliberação n.º 03/2025 – Proposta n.º 03/2025 – GAP – “Empreitada do Sistema de Telegestão dos Serviços Municipalizados de Setúbal” – Delegação de Competências no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar – SMS

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 25 e 26.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que aquela proposta visava criar condições para a criação do novo sistema de telegestão dos Serviços Municipalizados de Setúbal.

O sistema deles tinha uma vida 30 anos, tinha sido instalado no início dos anos 90. Era um sistema que estava bastante ultrapassado e que, naquele momento, não respondia às necessidades que eram colocadas, nem permitia sequer acoplar novos equipamentos. Era um sistema que ainda tinha agregado - costumava brincar com isso -, um computador Pentium, o primeiro computador da história, agregado outros equipamentos novos, mas tinha ainda lá o Pentium o que era histórico, iam ter que fazer um museu para guardar esse Pentium.

O sistema funcionava com uma grande qualidade de trabalho dos trabalhadores, eram absolutamente excecionais na forma como encaravam aquele trabalho, mas estavam sempre com o coração nas mãos relativamente a algum problema grave no sistema de telegestão, na medida em que não havia peças para substituir, as empresas desapareceram, os equipamentos não tinham continuidade, portanto, tinham mesmo de tomar medidas, e continuar a fazer um trabalho de qualidade até terem essa nova solução.

Com a solução atual conseguiram fazer um acompanhamento insuficiente de 35 equipamentos, iam juntar mais 24 equipamentos, e ia ser possível fazer um trabalho em que

tinham uma informação, tinham um *datacenter*, e era possível trabalhar os dados de uma forma mais eficiente.

Naquele momento iam cobrir, em termos remotos, 19 furos, 16 reservatórios, que era o que tinham atualmente, iam somar mais 6 estações elevatórias de águas potáveis, 6 hidropressoras, 12 estações elevatórias de águas residuais. Iam ficar com um meio de comunicações em que eram proprietários, iam ficar com unidades de acesso remoto aos trabalhadores operacionais no terreno, iam ter um centro de controle operacional, o *datacenter*, como referiu, iam estar relacionados com o sistema informático global dos Serviços Municipalizados.

Portanto, era um sistema robusto, capaz de garantir-lhes dados, informação, que garantia, também, uma eficiência mais técnico-operacional e económica, e também, podia gerar alarmes, que lhes iria permitir fazer melhor aquele trabalho.

Era um investimento grande, de um milhão, quatrocentos e noventa e dois mil, duzentos e trinta e quatro euros, foi um trabalho que levou um ano a desenhar, não era fácil encontrar empresas capacitadas e foi um trabalho de longo curso, em termos de desenho, e de proposta, e ia ser um trabalho que ia demorar um ano a montar, portanto, que ia implicar sucessivos ajustes, testes, etc., porque não podiam arriscar ter informação errada sobre o nosso funcionamento.

Portanto, era aquela proposta que traziam, autorizar o conselho de administração para desenvolver aquele procedimento, que era de uma grande importância para o futuro dos Serviços Municipalizados.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

4. Deliberação n.º 04/2025 – Proposta n.º 01/2025 – DMAGPE – Aprovar o Código de Conduta do Município de Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 27 a 29.

Sr. Presidente – Disse que se tratava de uma proposta para aprovação, pela Câmara Municipal, do Código de Conduta do Município de Setúbal.

Nos termos da vária legislação que tem sido publicada, sobre aquela matéria, do Código de Conduta, naquele caso, do Município de Setúbal, cujo objetivo era orientar o comportamento, o procedimento dos dirigentes e dos eleitos locais na sua conduta, na defesa do interesse público e da salvaguarda, também, dos direitos dos cidadãos.

Varia legislação tem sido publicada, a Câmara Municipal em março de 2020 elaborou um Código de Conduta do Município de Setúbal que estabelecia um conjunto de princípios e normas de autorregulação e de orientação que deviam ser observadas pelos que exerciam funções na Câmara Municipal de Setúbal, no seu relacionamento com terceiros.

Após março de 2020 novos regulamentos, novas determinações legais foram produzidas, e era nesse sentido que agora se apresentava aquela nova proposta do Código de Conduta Municipal, sendo que o objetivo era com a aprovação daquele código, que se faria a revogação do que tinha sido aprovado em 2020.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que sobre o Código de Conduta, deixou duas ou três notas, que tinha que ver com a questão aos recursos tecnológicos, porque, de facto, era preciso investir na transição digital, na automatização e na definição dos processos. Tinham que estar conscientes que aquelas ferramentas informáticas permitiam e desempenhavam um papel fundamental naquilo que dizia respeito no combate à fraude, à corrupção, ao aumento da transparência, para além de contribuírem para a redução da burocracia, e para a diminuição da desinformação.

Estavam conscientes que se fosse necessário auditar um processo, se fosse um processo completamente desmaterializado, e que as aplicações comunicassem entre elas, era muito mais fácil conseguir fazê-lo e, portanto, achava que era um investimento que a Câmara Municipal tinha que fazer porque, de facto, em matéria informática via que havia alguma dificuldade, até nas aplicações que existiam muitas vezes não estavam disponíveis, e era importante que esses códigos de conduta servissem, também, para perceberem as evoluções que tinham que fazer.

Não se tratava de manterem tudo igual, irem afinando “aqui e ali”, para serem mais transparentes e para combaterem a corrupção e a fraude, e depois tinham processos que eram difíceis de auditar.

Quis deixar, mais uma vez, aquela nota, porque, de facto era muito importante para as organizações, e para as instituições públicas, até porque presentemente com os programas que geriam e candidaturas, achava era importante, de facto, estarem conscientes da necessidade de fazerem aqueles investimentos.

Sr. Presidente – Disse que os Serviços Municipais faziam um esforço, no sentido de garantir progressivamente a digitalização de toda a documentação do Município. Era um objetivo que levava o seu tempo, mas havia uma determinação nesse sentido, e os dirigentes faziam reuniões, com alguma regularidade, no sentido de avaliar o ponto da situação.

Havia alguns serviços que estavam, praticamente, em condições de assumirem, mas era necessário que fossem os serviços todos da Câmara. Havia outros serviços que tinham mais dificuldade. Era um pouco naquelas diferenças que estavam a apontar.

Não ia dizer que dentro de 3 ou 6 meses teriam aquele processo resolvido, porque quando faziam as reuniões surgiam sempre algumas dificuldades, que depois era necessário ultrapassar, porque eram levantadas pelos próprios serviços, mas o que queria dizer era que havia esse empenhamento da parte do executivo, da parte dos dirigentes, e que faziam os possíveis para ultrapassar isso.

Também, havia outras questões que tinha a ver com a vida, havia trabalhadores que desenvolviam já essa atividade e que, entretanto, se aposentaram. Entravam novos trabalhadores e, portanto, havia adaptações, etc., havia todo um processo complicado e a administração era muito exigente nos procedimentos e, por isso, reconhecia que podiam tomar uma determinação de que ao fim de 3 meses o assunto estava resolvido, não era um bom caminho, na sua opinião.

Face à intervenção que fez disse haver essa determinação e essa sensibilidade e, que estavam a fazer esse trabalho.

A Câmara Municipal, se calhar, com algum atraso, ia dando resposta àquilo que eram as exigências no que tinha a ver com o controlo do funcionamento da administração, tanto dos eleitos, como dos dirigentes, como dos serviços em geral e, portanto, iam aprovando aqueles regulamentos, iam criando os cargos, as pessoas com responsabilidades em acompanhar aquelas avaliações que decorriam dos regulamentos da União Europeia, que quando eram traduzidas para Portugal, para a legislação interna, têm dado conta disso, têm aprovado aqueles documentos e, naturalmente, a responsabilizar pessoas, serviços, por acompanhar e fazer cumprir aqueles regulamentos, naquele caso um código.

Agradeceu a intervenção da senhora Vereadora Sónia Martins.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



5. Deliberação n.º 05/2025 – Proposta n.º 01/2025 – DOM – CPCC 11/2024/DOM – Empreitada de “Conceção-Construção do Mercado de Brejos de Azeitão” – Aprovação do Projeto de Execução

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 30 e 31.

Sr. Presidente – Chamou a atenção para uma questão, por vezes, perdiam um pouco a noção do que é que era trabalhar na administração.

Como se via naquela proposta dizia: *“por Deliberação de 13 de março de 2024. Por deliberação, nesta altura a Câmara Municipal aprovou o desenvolvimento de um procedimento com vista à construção de um novo Mercado em Brejos de Azeitão”*. Era quase um ano depois. Aprovavam uma proposta para se dar início à construção, e mais, aprovaram um processo que era conceção/execução, ou seja, era um processo que considerando um processo normal, era um processo que seria mais rápido.

Portanto, era quase um ano depois que decidiam avançar com a construção. Eram os processos burocráticos, cumprir prazos, etc.

(intervenção inaudível)

Sr. Presidente – Disse ter prazos. Era lançado o procedimento, concurso, conceção/execução, depois levava *“não sei quanto tempo”*, para as empresas concorrerem, havia a constituição de um júri, aprovava o candidato, que apresentava a melhor proposta, depois havia o processo da adjudicação, depois, naquele caso concreto, porque era obrigatório, a empresa teve que elaborar o projeto, após elaborar o projeto, de fazer alterações a um pré-projecto, a Câmara quando apresentou a proposta tinha um pré-projecto, portanto, a empresa elaborou o projeto, fez alterações ao projeto inicial, ao pré-projecto, e agora trazia ali à Câmara Municipal a proposta para se aprovar aquele projeto para a empresa poder avançar com a construção.

Aquilo era, uma solução que cortava prazos, porque se fosse um procedimento normal, provavelmente só para julho ou agosto é que estariam a autorizar a construção.

(intervenção inaudível)

Sr. Presidente – Disse ser verdade, nas empresas privadas o conselho de administração, ou quem tinha poderes, decidia fazer uma obra: *“comprar isto, aquilo, etc.”*, decidia e as coisas aconteciam, era só saber qual era o prazo de entrega, ou o prazo de construção. Na administração não era assim.

A administração obrigava a procedimentos rigorosos que obrigavam ao cumprimento de prazos, e tinham que cumprir esses prazos e, depois, mesmo naquelas situações em que optavam pela concessão/execução, mesmo assim, quase passado um ano é que decidiam, ou a adjudicar a obra para se iniciar a construção.

Quis chamar a atenção para aquilo, porque às vezes diziam que já se anunciou a obra há tanto tempo e a obra não avançava, nem se via a obra, era verdade, eram os procedimentos.

Não dizia com isso que a administração não devia ter regras, não devia haver rigor, não era isso, era para as pessoas terem conhecimento de que cumprindo tudo aquilo que a legislação determinava, sobre esses procedimentos, levavam 2 anos, se fosse um processo normal com publicação no jornal oficial das comunidades, etc. só estariam em condições, provavelmente, e se não houvesse problemas no processo do concurso, num projeto daqueles a poder adjudicar para julho/agosto do corrente ano.

Era para se perceber um pouco aquelas dificuldades com que a administração se confrontava, mas que não dizia que não devesse haver rigor, que não devesse haver regras a cumprir e que as tinham que cumprir.

Se os especialistas naquelas matérias descobrissem formas de procedimento que agilisassem aqueles processos, naturalmente, que seria ótimo. Havia tantas coisas que iam melhorando, podia ser que, ali também, houvesse alguém que investisse na avaliação daqueles procedimentos e que pudesse encontrar soluções mais ágeis para que a administração não levasse tanto tempo desde a decisão até ao resultado final.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

6. Deliberação n.º 06/2025 – Proposta n.º 01/2025 – DCDJ/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público N.º 33/2024/DAF/DICOMP/SECOMP para a Prestação de Serviços de limpeza em edifícios desportivos, pelo período de 26 meses – Adjudicação

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 32 a 37.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que se tratava de um concurso público com o propósito de realizar em equipamentos municipais o trabalho de limpeza dos respetivos equipamentos, nomeadamente, das Piscinas Municipais e Pavilhões Desportivos.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

Sr. Presidente – Disse que, ainda voltando à questão anterior sobre os procedimentos, que trouxeram a reunião de Câmara aquela proposta do Mercado, que era uma proposta de trezentos mil euros, era uma proposta que não tinha de ir a Tribunal de Contas, por exemplo, o Auditório de Azeitão, que tem sido anunciado, divulgado, etc., que era uma proposta que veio mais ou menos na mesma altura, ainda estavam à espera do visto do Tribunal de Contas. Havia um controlo, e não colocava em causa a importância desses controlos. Quis dar mais uma nota, de um exemplo, que a partir de um determinado valor exigia o visto do Tribunal de Contas, para se continuar a desenvolver o processo, e nesse caso do Auditório de Azeitão ainda estava em Tribunal de Contas.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que antes de passar à apresentação das propostas, queria fazer uma referência. Havia 6 propostas que se referiam a ratificação de atos, portanto, despachos, assinaturas, do senhor Presidente e queria justificar o porquê. No âmbito do regulamento jurídico dos instrumentos de gestão territorial, os territórios que perdiam a classificação de solo urbano, num futuro instrumento de gestão territorial, naquele caso, no futuro PDM de Setúbal só podiam ser aprovadas operações urbanísticas até 31 de dezembro de 2024 e, portanto, aquelas 6 propostas diziam respeito a situações daquelas, e como não foi possível tratar das propostas para trazer mais cedo, recorreu-se àquela figura da ratificação do ato praticado pelo senhor Presidente.

7. Deliberação n.º 07/2025 – Proposta n.º 01/2025 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura para construção de Centro Geriátrico – Residência Assistida – Ratificação do ato – Processo n.º 262/21

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 38 e 39, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

8. Deliberação n.º 08/2025 – Proposta n.º 02/2025 – DURB/DIGU – Aprovação de Projeto de Demolição – Processo n.º 280/24

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexos à presente ata sob o registo n.º 40, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

9. Deliberação n.º 09/2025 – Proposta n.º 03/2025 – DURB/DIGU – Concessão da licença de demolição – Processo n.º 473/22

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 41, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

10. Deliberação n.º 10/2025 – Proposta n.º 04/2025 – DURB/DIGU – Ratificação de acto de Licenciamento de operação de Loteamento Urbano sito em Padeiras – Processo n.º 828/95

O Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 42 e 43, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

11. Deliberação n.º 11/2025 – Proposta n.º 05/2025 – DURB/DIGU – Informação Prévia Favorável, relativa a Loteamento Urbano sito em Poço Mouro – Ratificação de acto – Processo n.º 11/22

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 44 e 45, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

12. Deliberação n.º 12/2025 – Proposta n.º 06/2025 – DURB/DIGU – Pedido de Informação Prévia para loteamento de equipamentos de utilidade pública – Ratificação do acto – Processo n.º 7/24

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 46 e 47, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

13. Deliberação n.º 13/2025 – Proposta n.º 07/2025 – DURB/DIGU – Emissão de parecer favorável condicionado ao Pedido de Informação Prévia para operação de loteamento - Ratificação de acto – Processo n.º 39/24

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 48 e 49, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

14. Deliberação n.º 14/2025 – Proposta n.º 08/2025 – DURB/DIGU – Informação prévia favorável condicionada relativa a Equipamento (Lar de Idosos) – Ratificação de acto – Processo n.º 37/21

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 50 e 51, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

15. Deliberação n.º 15/2025 – Proposta n.º 09/2025 – DURB/DIGU – Informação Prévia Desfavorável relativa a construção de complexo desportivo – Processo n.º 8/23

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 52, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

16. Deliberação n.º 16/2025 – Proposta n.º 10/2025 – DURB/GAGEF – Alteração Oficiosa ao Alvará de Loteamento 08/2001 – Processo de Loteamento 4.9.829/95, criação de lote para equipamento – Processo n.º 829/95 - RETIRADA

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que a proposta teria de ser retirada. Tratava-se de uma alteração oficiosa a um alvará de loteamento de 2021, no entanto, era necessário aferir algumas questões previamente com a conservatória, pelo que propôs a retirada da proposta

C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sra. Ana – Em nome da Associação Direito ao Descanso de Setúbal desejou a todos um ano de 2025 muito feliz e muito pacífico. A sua associação já tivera oportunidade de celebrar nas redes sociais a aprovação final do novo Regulamento do Ruído Ambiental no passado dia 20, em Assembleia Municipal. Abria-se um período transitório muito importante para a implementação efetiva e eficiente daquele novo regulamento, durante o qual iriam continuar a trabalhar ativamente para o bem-estar dos moradores e visitantes da cidade, de maneira construtiva, mas também vigilante. Disse ser naquele sentido que pretendiam dar ao conhecimento do executivo, a situação muito preocupante do bairro Ribeirinho, para o qual solicitou toda a atenção do senhor presidente e dos restantes vereadores.

Referiu que na noite de 20 para 21 de dezembro pelas 23h30, ocorrera uma fiscalização dos agentes da segurança dos estabelecimentos de diversão noturna, feita pela polícia do Núcleo de Segurança Privada, à qual assistiram presencialmente por total coincidência, a maioria dos bares e discotecas da zona ribeirinha estavam encerrados e voltaram a abrir estrondosamente já passado da 01h30 depois do patrulhamento ser retirado.

Terá questionado uma das clientes que também estava presente, no sentido de sabe o que estaria a acontecer, que lhe terá respondido com um à-vontade desconcertante, *“fecharam todos, porque eles sabem que são ilegais e têm medo, porque vai haver uma fiscalização”*.

Naquele mesmo fim de semana, o sistema de controlo visual da abertura da porta de entrada do bem imobiliário de um membro fundador da sua associação tinha sido vandalizado, tendo havido uma tentativa de assalto do apartamento de um associado da sua associação. Na noite de 28 para 29 de dezembro surgira mais um novo foco do ruído escandaloso no seu bairro. Um bar resolvera fazer música amplificada, com colunas na sua esplanada aberta, a poucos metros de dois AL e a duas dezenas de metros de vários condomínios, impedindo o bairro de dormir.

Tiveram queixas vindo de moradores da Rua de São Filipe. Situação que denunciaram imediatamente aos serviços competentes da Câmara e que recomeçara novamente na noite de 4 para 5 de janeiro, conforme atestavam os vídeos publicados no nosso Facebook.

Milagrosamente terá havido uma intervenção da PSP, da qual pretendia agradecer publicamente, a qual terá cessado a festa, mas mais tarde a noite voltara a ser perturbada não só pelo barulho dos bares que aumentaram o som após a passagem da polícia, mas por indivíduos agrupados a fazer barulho com colunas portáteis na rua.

Desde a publicação dos vídeos daquelas duas noites, receberam uma quantidade assustadora de comentários insultantes e de ameaças, tanto a ação da associação quanto à sua pessoa.

Disse haver claramente uma surdez voluntária da parte de muitos estabelecimentos da zona ribeirinha ao sofrimento e aos protestos dos moradores que reclamavam poder descansar à noite. Muitos daqueles bares continuavam a divulgar a lenda: *“não existem moradores na zona”*.

Disse haver uma resistência evidente e persistente ao facto de existir uma lei do ruído e um regulamento municipal que delimitavam as condições daquela atividade e que era para ser cumprido por todos.

Referiu que existia um número significativo de estabelecimentos que ia até muito mais longe, desafiando a própria polícia, contornado e recusando-se aos controlos obrigatórios, criando no bairro um clima de provocação e de represálias contra os que tentavam fazer respeitar os direitos dos cidadãos e que contribuía ao progresso do bem-estar em Setúbal.

Não se iriam deixar intimidar, iriam manter o espírito de diálogo, mas alertavam solenemente que era necessário haver uma clareza total da parte de todos em relação àquela situação.

Os estabelecimentos com aquele tipo de comportamento não eram agentes económicos responsáveis nem respeitáveis, mas eram criadores diretos ou indiretos de confusão, de conflitualidade e da delinquência. Não poderia haver qualquer tolerância ou condescendência relativamente aos mesmos.

A associação insistia na necessidade urgente de uma educação, de uma sensibilização e de uma formação e até para alguns daqueles estabelecimentos de sanção, ao novo regulamento, para que a situação não descalabrasse ainda mais. Disse que se tratava de um pedido que formularam desde que começaram o diálogo com a câmara. Também insistiam na necessidade em criar um conselho de acompanhamento da vida noturna de Setúbal, no qual participariam todas as partes envolvidas, dignas de respeito e para a criação, do qual ofereciam a disponibilidade da associação para pensar e elaborar o projeto.

Solicitaram uma reunião com os órgãos camarários envolvidos, para trocar ideias sobre aquele projeto na base dos seus conhecimentos e das suas experiências.

Sr. Presidente – Agradeceu a informação e as preocupações da munícipe e da associação que dirigia.

Disse caber às entidades públicas, no âmbito das suas responsabilidades, atuarem em conformidade, designadamente no que estaria relacionado com o cumprimento da lei e em particular com o regulamento que tinha sido aprovado nos órgãos autárquicos. Aquela era a responsabilidade do executivo, que assumiria através dos serviços competentes.

Quanto à iniciativa de haver reunião regulares com os serviços municipais, como era do conhecimento da munícipe, disse terem duas vereações que tinha responsabilidade no que dizia respeito ao ruído e às questões urbanísticas, bem como à fiscalização, estando disponíveis sempre para manter o diálogo e procurar encontrar o melhor caminho para superar as dificuldades.

Tratava-se de processos que não eram fáceis de ultrapassar, no entanto, cabia ao executivo, nas responsabilidades do enquadramento legal que existia, os serviços da câmara atuarem em conformidade.

Relativamente ao diálogo e às iniciativas conjuntas no sentido da sensibilização de quem tinha aquelas atividades, cabia ao executivo desenvolver as respetivas iniciativas, sendo que a disponibilidade do executivo era total e no respeito por todos os que tinham as suas atividades económicas, que procuravam os investimentos e as responsabilidades que tinham de prosseguir as suas atividades.

Aquilo que não estava fora do regulamento e da lei, teria de ter as sanções adequadas.

Sra. Ana – Disse ser importante insistir que tudo aquilo que acontecia não era normal, por essa razão havia de existir uma posição muito clara contra estabelecimentos que não respeitavam não só a lei do ruído, mas também de atos criminosos, de pessoas que se recusavam ao controlo, que eram prevenidas que iria existir uma fiscalização e que fechavam os bares para não serem fiscalizados. Tratava-se de pessoas que ameaçavam e de pessoas que destruíam e estragavam.

Disse ser indispensável que houvesse um acompanhamento extremamente sério e muito cuidadoso do que se passava. Disse que já tinham pedido aquele tipo de intervenção há um ano, significava que perderam um ano de diálogo, um ano de formação e de sensibilização. Aquela seria a hora certa, para não dizer que já era uma hora atrasada, para começarem o diálogo, pelo que agradecia propostas concretas para que pudessem trabalhar, para que vivessem em paz, uma vez que não viviam em paz.

Sr. Presidente – Como já havia referido, da parte do executivo, no que dizia respeito ao cumprimento da lei e dos regulamentos, cabia-lhes intervir, no entanto, numa outra dimensão que a senhora Ana colocou, não era a Câmara Municipal que tinha competências para intervir naqueles domínios.

Disse que já por duas vezes pediu uma reunião com a senhora Ministra da Administração Interna, sem que tivesse obtido resposta. Provavelmente no dia seguinte àquela reunião iria fazer mais um pedido de reunião. Apenas podiam continuar a insistir com o pedido de reunião com a senhora Ministra, não podiam ir muito mais além. Sendo da competência do executivo, no conhecimento e da responsabilidade que tinha, de sensibilizar quem tinha os poderes de decisão, designadamente sobre o reforço das condições de segurança no concelho e em particular na cidade.

O executivo estava disponível, apesar das dificuldades de meios que tinham, porque abriam concursos e não tinham concorrentes para a área da fiscalização.

As limitações existiam e o executivo não tinha condições para ultrapassar as limitações, porque dependiam de outros fatores que passava pela admissão de novos fiscais e pelo reforço de policiamento na cidade.

Sra. Ana – Disse falarem de agentes económicos, falavam de órgãos coletivos, não falavam de indivíduos. Disse serem estabelecimentos que não obedeciam à lei e que tinham comportamentos delinquentes.

Sr. Presidente – Disse que era a senhora que utilizava aquela expressão. Para a definição que a senhora tinha dado, a Câmara Municipal não tinha competência.

Sra. Ana – Questionou se a legalidade de um estabelecimento não dependia da Câmara Municipal.

Sr. Presidente – Disse que todas aquelas atividades económicas certamente que estariam licenciadas nos termos legais. Havendo situações de que não cumprissem o regulamento, a fiscalização da câmara deveria intervir, mas apenas poderia fazer as notificações sobre o que a lei estabelecia, não poderiam ir mais além.

A capacidade de intervenção da Câmara Municipal era limitada e tudo aquilo fosse para além da sua área seriam casos de polícia.

A câmara estava atenta a outros fenómenos que se passavam. No dia seguinte provavelmente iria sair mais um pedido de reunião com a senhora Ministra da Administração Interna.

Sra. Ana – Disse que falavam de estabelecimentos que encerraram na hora em que souberam que iam ser fiscalizados e voltaram a abrir quando o patrulhamento se tinha ido embora.

Sr. Presidente – Disse que a câmara atuava no âmbito da fiscalização, mas era preciso que os serviços com competência administrativa fossem confrontados com a situação, de outra maneira não seria possível.

Agradeceu a informação, porque permitia estar mais bem preparados para procurar cumprir a missão da câmara.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse discordar da forma como a senhora Ana apresentava os assuntos, porque apresentava de uma forma demasiado fechada, no sentido de não ter em conta que a sociedade e aqueles meios noturnos se moviam de uma maneira diferente do dia a dia, pelo que precisavam de ter isso em consideração.

Os factos que a senhora Ana apresentou eram de uma enorme gravidade e como disse e muito bem, havia indícios de natureza criminal e havendo indícios de natureza criminal não era a câmara, mas o Ministério Público que deveria tomar conhecimento e agir em conformidade.

O Ministério Público tinha um dia por semana para receber as pessoas, era uma questão de se inscrever no tribunal para falar com o procurador, expondo a questão que ali explicou, referindo que poderiam estar frente à prática de crimes e o Ministério Público certamente que abriria um inquérito e agiria conforme aqueles indícios.

Face à notícia que lhes apresentaram era no Ministério Público que deveria ter resolvido o problema.

Sr. Presidente – Referiu a necessidade de fazerem uma reunião extraordinária no dia 15 de janeiro, pelas 09h30, com assuntos concretos num enquadramento que teria de ser resolvido. Propôs que a reunião ordinária do dia 22 de janeiro passasse para 29 de janeiro no horário normal.

Intervenção inaudível

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que tendo em consideração aquilo que eram os horários de trabalho dos vereadores sem tempo atribuído, sugeriu que a reunião extraordinária do dia 15 de janeiro pudesse ocorrer mais perto do final do dia ou dentro daquilo que era horário normal das reuniões de Câmara, sendo uma forma mais simples de poderem organizar a sua vida profissional.

Disse que já tinham feito naquele mandato reuniões extraordinárias ao final do dia.

Sugeriu que o horário de agendamento fosse distinto daquele que tinha sido proposto pelo senhor Presidente.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que a sua bancada só estaria disponível para o período da manhã. Disse que não era nada contra o senhor Vereador Joel Marques.

Sr. Presidente – Disse que a reunião poderia passar para as 09h00, se assim o entendessem, porque se tratava de um início de um dia e como era do conhecimento de todos os vereadores, os eleitos tinham direito à ausência a nível de trabalho, era uma questão de não ficar no meio do dia.

Para fazer a reunião ao final da tarde ou à noite do dia 15 não tinha condições para poder reunir, dado ter a agenda de representação completamente preenchida.

De acordo com os serviços, teria de ser feita aquela reunião e as deliberações tinham de ser tomadas até ao dia 15 de janeiro, uma vez que se tratava de questões de ordem administrativa e burocrática.

Sugeriu que a reunião extraordinária tivesse início às 9h00 do dia 15 janeiro.

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, O Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezanove horas.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

O Sr. Presidente da Câmara,



André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 16 de abril de 2025, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 31 folhas numeradas e rubricadas pelo Sr. Presidente da Câmara.

Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,

A handwritten signature in blue ink, consisting of several overlapping loops and a long vertical stroke extending downwards.

Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por:
Aldora Poeira
Vitor Marcos

Conferida por:
Ana Paula Lico

Revista por:
Paulo Hortênsio

A handwritten signature in black ink, featuring a large, stylized initial 'P' followed by a long horizontal stroke.